

OS AGRICULTORES FAMILIARES E O SIGNIFICADO SOCIAL DO DINHEIRO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

FAMILY FARMERS AND THE SOCIAL MEANING OF MONEY FROM THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM

LOS AGRICULTORES FAMILIARES Y EL SIGNIFICADO SOCIAL DEL DINERO DEL PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR

Renata Rauta Petarly¹
Antônio José Pedroso Neto²

Resumo

A pesquisa apresentada nesse artigo procurou compreender os significados dados pelos agricultores familiares ao dinheiro recebido do Programa Nacional de Alimentação Escolar. A perspectiva teórica utilizada foi da sociologia dos “dinheiros especiais” e das “vidas conexas” (Viviana Zelizer). A base empírica foram onze entrevistas com famílias de um município do interior de Minas Gerais. As análises indicaram que o sentido dado a esse dinheiro no interior das famílias é diferente dos sentidos dados a outros dinheiros provenientes de outras fontes de renda. Ele é classificado e empregado como dinheiro das mulheres, dos jovens, da esfera doméstica e, em alguns casos, recebe valorização pejorativa.

Palavras-chave: Política pública. Dinheiros especiais. PNAE. Gênero. Sociologia econômica.

Abstract

The research presented in this article sought to understand the meanings given by family farmers to the money received from the National School Feeding Program. The theoretical perspective used was the sociology of “special money” and “connected lives” (Viviana Zelizer). The empirical basis was eleven interviews with families from a municipality in the interior of Minas Gerais. The analyses indicated that the meaning given to this money within families is different from the meanings given to other monies from other sources of income. It is classified and employed as money of women, youth, the domestic sphere and, in some cases, receives pejorative valuation.

Keywords: Public policy. Special monies. PNAE. Gender. Economic sociology.

Resumen

La investigación presente en este artículo buscó comprender los significados dados por los agricultores familiares al dinero recibido del Programa Nacional de Alimentación Escolar. La perspectiva teórica utilizada fue la sociología de los “dineros especiales” y de las “vidas conexas”. La base empírica fueron once entrevistas con familias de un municipio del interior de Minas Gerais. Las análisis indicaron que el sentido dado a ese dinero en el interior de las familias es diferente del sentido dado a otros fondos procedentes de otras fuentes de renta. El es clasificado y empleado como dinero de las mujeres, de los jóvenes, de la esfera doméstica y, en algunos casos, recibe valoración pejorativa.

Palabras clave: Política pública. Dineros especiales. PNAE. Género. Sociología económica.

¹ Professora da Universidade Federal do Tocantins. Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: renatapetarly@uft.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5491-4567>

² Professor da Universidade Federal do Tocantins. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: ajpedrosoneto@uol.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6509-527X>

INTRODUÇÃO

Neste artigo procuramos analisar como os agricultores familiares percebem e se relacionam com o dinheiro proveniente de políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar. Faremos a análise sob o prisma da sociologia econômica. Essa área da sociologia estuda a esfera econômica das atividades humanas a partir de suas relações com as outras esferas como a social, a cultural, a política, a religiosa etc. (SWEDBERG, 2003; POLANYI, 1957, 2000; GRANOVETTER, 2007).

No hall de estudos de sociologia econômica é possível encontrar diversas vertentes e objetos de análises, por exemplo, sociologia do dinheiro, dos mercados, das representações econômicas, das práticas econômicas ordinárias etc. Para este trabalho, a principal contribuição teórica é de Zelizer (2003) com seus textos inovadores e influentes sobre os sentidos sociais do dinheiro.

Ao contrário do que a literatura econômica vinha tratando, o dinheiro não é algo apenas utilitário, impessoal, homogêneo. Suas contribuições mostram que o dinheiro tem sentido, significado, é classificado, hierarquizado e possui gênero, moral, aspectos políticos e culturais. Assim, notamos uma hierarquização na utilização do dinheiro a partir da inserção dos homens em outras atividades financeiras ou de acordo com as relações sociais que a família estabelece para acessar o dinheiro proveniente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O montante de recursos financeiros repassado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) para os municípios adquirirem produtos da alimentação escolar, entre os anos de 2009 a 2016, foi de aproximadamente R\$ 25.5 bilhões (SALGADO, TEIXEIRA e CUNHA, 2016). Levando em conta que todos os municípios cumpriram a regra de adquirir, no mínimo, 30% de produtos advindos da agricultura familiar, os repasses para esse público totalizaram o montante aproximado de R\$ 7.6 bilhões. Respeitando o limite previsto de R\$ 20 mil por Declaração de Aptidão (DAP), têm-se um aumento significativo de recursos financeiros mobilizados pelas famílias. E é a partir destes dados que começam nossas questões.

Como quer Zelizer (2011, p. 195), “dentro das famílias e entre famílias, a renda catalisa o trabalho relacional”, isto é, a renda atua de maneiras distintas nas vidas das famílias, inclusive quando é resultado da junção de prática econômica e relação de intimidade. A partir dessa junção, como é o trabalho, a produção e as relações sociais dessas famílias? Como o dinheiro do PNAE é vivenciado pelas famílias? Essas questões mais gerais nos direcionam a compreender qual é o significado social do dinheiro proveniente do PNAE para as famílias. É um dinheiro com o mesmo significado que outros dinheiros provenientes de outras rendas? É

classificado do mesmo modo que outros dinheiros? É empregado de modo equivalente aos outros dinheiros? Sua classificação e emprego varia conforme a renda e a dimensão das propriedades das famílias?

Nesse sentido, o objetivo geral que norteia esse estudo é compreender como o dinheiro do PNAE é vivenciado pelas famílias e se o dinheiro proveniente deste programa possui o mesmo significado que outros dinheiros provenientes de outras rendas.

Nas seções que se seguem apresentaremos as referências teóricas sobre a esfera social da vida econômica e sobre o significado social do dinheiro; a apresentação do PNAE no contexto da agricultura familiar; os métodos, os dados e análises da pesquisa para trazer à tona de que forma o dinheiro proveniente do acesso aos mercados institucionais é percebido, designado e utilizado e como a gestão do programa é realizada no interior das famílias.

MARCO TEÓRICO

A ESFERA SOCIAL DA VIDA ECONÔMICA

Partindo do pressuposto teórico de que o mercado não é algo alheio à estrutura social (POLANYI, 2000), a inserção econômica dos agricultores familiares precisa ser entendida também por meio das relações sociais que eles estabelecem com as instituições sociais em que estão inseridos e com os agentes com os quais se relacionam.

Após se dedicar aos estudos de diversas civilizações de períodos passados, Polanyi nota o alto teor institucional dos seus sistemas econômicos. Os mercados não tinham autorregulação, como querem as teorias econômicas neoclássicas, pois o controle pela sociedade era evidente. Ao descrever a forma como as trocas se concretizavam na sociedade e exemplificá-las no funcionamento dos mercados, mostra como não existia apenas uma configuração independente e autorregulável de funcionamento para os mercados (POLANYI, 2000).

O autor demonstra que o sistema econômico das sociedades primitivas pode ou não ser alterado pela existência ou pela ausência de mercado e/ou de dinheiro, isso porque, ao contrário do que defendem os economistas ortodoxos, a economia não está fora da sociedade, mas faz parte dela. Nesse sentido, as relações econômicas que estão incrustadas nas relações sociais podem interferir e sofrer intervenção em e por diversas esferas da vida social, como a familiar, a religiosa, a política etc. (POLANYI, 2000). A partir dessa perspectiva,

procuramos compreender se as relações econômicas estabelecidas com o acesso ao PNAE interferiram nas relações familiares. Recorremos também aos achados de Zelizer sobre as relações de intimidade e as práticas econômicas.

Zelizer (2011), em seus estudos sobre as relações entre práticas econômicas e relações sociais íntimas, defende que “as pessoas que misturam a intimidade e a atividade econômica participam ativamente da construção e da negociação das ‘vidas conexas’” (ZELIZER, 2011, p. 29). A autora critica estudos que entendem essas relações como duas esferas separadas, o que denomina de “mundos hostis” (ZELIZER, 2011, p. 28). Nessa perspectiva, a vida econômica e as relações sociais íntimas se localizam em esferas distintas, e um possível contato entre ambas causaria desordem tanto nas práticas econômicas, quanto nas relações sociais de intimidade (ZELIZER, 2011).

Pensar a economia dentro das relações de intimidade requer repensar alguns conceitos e práticas comuns aos estudos criticados pela autora, isto é, requer expandir o conceito de trabalho, redefinir os estudos científicos com base nos laços sociais diferenciados e analisar profundamente o conteúdo das transações econômicas, identificando nessas transações o conteúdo cultural que as compõe, pois a esfera cultural é parte das “vidas conexas” (ZELIZER, 2011, p. 28).

Zelizer se dedicou a muitas pesquisas voltadas ao descortinamento de como o dinheiro é representado por classificações construídas socialmente. Isso nos serve muito como orientação analítica, pois revelou que, além de classe social, raça, etnia, religião e política, o dinheiro também é impregnado de significados provenientes das relações de gênero. Um dos objetivos principais da autora foi desconstruir o olhar hegemônico sobre a unicidade do dinheiro e reafirmar a importância de considerar o fato de que existem diversos dinheiros e que eles são “moldados por redes distintas de relações sociais e sistemas diferentes de significados. Nenhum dinheiro, incluindo o dinheiro de mercado, escapa a estas influências extra-econômicas” (ZELIZER, 2003, p. 157). Ela se dedicou a pesquisas voltadas ao processo de construção social da economia que “emergem de um conjunto de normas formais e informais que regem a sua utilização, localização, origens e quantidade” (ZELIZER, 2003, p. 134). Esta perspectiva sociológica e histórica sobre os sentidos sociais do dinheiro é particularmente fundamental para nossa análise. Vamos explicá-la melhor.

Zelizer afirma que o dinheiro não é moralmente neutro e nem sua quantificação é feita apenas em termos aritméticos da racionalidade instrumental. Para ela, a sociedade imprime no dinheiro, e na sua própria quantificação, seus valores sociais, morais, afetivos e religiosos,

garantindo, assim, a existência de características culturais, sociais, religiosas e estruturais no ato de quantificar e usar esse dinheiro (ZELIZER, 2003).

A autora mostra que mais importante do que a quantidade de dinheiro é a compreensão de qual dinheiro está sendo utilizado. Isso significa que origens diferentes acarretam ao dinheiro valores diferentes. O valor da origem é, assim, definido pelos valores sociais. Dinheiro amaldiçoado, dinheiro ganho, dinheiro conquistado são de origens diferentes. A própria utilização do dinheiro também faz com que ele tenha ou não valor, independente da sua quantidade (ZELIZER, 2003). Por serem valorados por meio de sua classificação moral e seus rituais de obtenção, ela os denomina como “dinheiros especiais” (ZELIZER, 2003, p. 132).

Por defender que o dinheiro é determinadamente moldado por fatores culturais, sociais e estruturais, a autora propõe que o conceito de dinheiro especial seja aplicado na compreensão do mundo moderno e na forma como a cultura e a estrutura social desse mundo rotula esse dinheiro. Enfim, ela faz o movimento teórico típico da chamada “nova sociologia econômica” de pegar os achados de outros autores, como Polanyi (1957), referentes às sociedades arcaicas, e aplicar às sociedades do mundo moderno.

Zelizer explora que os sentidos sociais do dinheiro, observados nas sociedades “arcaicas”, estão presentes no mundo moderno. Para isso, descreve a existência de diversos tipos de dinheiro, por exemplo, sendo indivisíveis, não fungíveis, não portáteis, subjetivos e qualitativamente heterogêneos, também por isso os denomina como dinheiros especiais (ZELIZER, 2003). Por exemplo, a autora apresenta estudos relacionados às décadas entre 1870 a 1930 que demonstram como a divisão familiar do dinheiro é tão assimétrica quanto a divisão de renda nacional. Esses estudos entraram para agenda de pesquisa devido à nova sociedade do consumo e a necessidade de se compreender como a renda doméstica era composta, alocada e utilizada.

Esse exemplo de um processo de entrada em cena do dinheiro na escala macro é importante para termos como um paralelo para nossa pesquisa na escala micro. Conforme Zelizer, durante o período citado havia diversos questionamentos sobre qual direito as mulheres tinham sobre a renda familiar. A organização da renda familiar variava de acordo com a classe social das famílias: nas classes média e alta, o homem era o único responsável pela organização do dinheiro; nas classes operárias, a mulher era a responsável por contabilizar e organizar a utilização do dinheiro do marido e dos filhos. Essa situação passou por modificações na entrada no novo século, quando ocorreu um aumento expressivo dos rendimentos, e as famílias americanas passaram por um processo crescente de “dinheirização” (ZELIZER, 2003, p. 139).

A autora destaca como a mulher passou a ser responsável pelo dinheiro da família sem ter tido direito a ele. Essa realidade passou a ser tema de diversas piadas teatrais ao considerarem as mulheres como consumidoras, gastadeiras e motivo de falência dos maridos. Ela cita autores que demonstraram diversas estratégias de fraude para utilização do dinheiro do marido que possibilitaram às mulheres desta época terem acesso e guardar alguma quantia financeira para si, visto que legalmente o dono do dinheiro da família permanecia sendo exclusivamente o marido (ZELIZER, 2003).

Por contraste, a situação era diferente nas famílias operárias. Nesses casos, era a mulher quem definia quanto dinheiro o homem carregaria consigo e quanto cada filho receberia de mesada e por quais condições. Em casos de endividamento da família, as mulheres vivenciavam o risco de serem acusadas de más administradoras do lar (ZELIZER, 2003).

A autora ainda destaca o caráter diferenciado entre o dinheiro proveniente da renda auferida pelo trabalho da mulher e o dinheiro proveniente do trabalho masculino, pois havia “outro tipo de distinção não mercantil no fluxo financeiro doméstico: o dinheiro das mulheres não era o mesmo tipo de dinheiro que o dos maridos” (ZELIZER, 2003, p. 154). Após adentrar as portas de casa, o dinheiro proveniente das tarefas das mulheres passava a fazer parte inalienável da renda familiar. O que demonstra que o dinheiro era tratado de maneira diferenciada de acordo com o gênero. Zelizer (2003) também observou que seu uso é dissolvido em coisas do mundo doméstico mais feminino que masculino. Os achados de Zelizer, nos orientaram a questionar sobre o dinheiro proveniente do PNAE no interior das famílias, isto é, se torna um dinheiro inalienável, se possui marcas masculinas, femininas, etc.

Em conclusão, mobilizamos analiticamente três afirmações de Zelizer: a necessidade de se desconstruir a perspectiva hegemônica sobre a unicidade do dinheiro e da economia; a importância de considerar que existem diversos dinheiros e que eles são “moldados por redes distintas de relações sociais e sistemas diferentes de significados”; e que “nenhum dinheiro, incluindo o dinheiro de mercado, escapa a estas influências extra-econômicas” (ZELIZER, 2003, p. 157). Todo o arrazoado que fizemos dos trabalhos de Zelizer indicam que temos que atentar para as diferentes origens e para as diferentes utilizações do dinheiro e descrever como as estruturas sociais e culturais moldam as moldam. Em síntese, conforme sua proposta devemos observar e descrever: as utilizações específicas de cada dinheiro; a forma de regulação dos modos de sua distribuição; os critérios e formas específicas de se designar as suas utilizações; as formas em que se estabelecem significados simbólicos especiais para sua valoração (ZELIZER, 2003, p. 157).

Políticas públicas para a agricultura familiar

Como resultado de disputas políticas da sociedade civil organizada por meio dos movimentos sociais do campo, pesquisas científicas e sindicatos de trabalhadores rurais, o governo brasileiro, a partir dos anos 1990, empreendeu a tarefa de inserir em suas políticas públicas ações específicas direcionadas aos agricultores familiares.

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar resultam de um processo de injeção de recursos públicos na vida econômica das famílias. Diversos estudos sobre o espaço rural brasileiro relatam que ocorreram diversas mudanças no enfoque da intervenção dos governos neste espaço. Nas décadas de 1960 a 1980, o Brasil vivenciava o que se denominava período da “Modernização da Agricultura”. Nesse período, as políticas públicas voltadas para o meio rural o interpretavam predominantemente como espaço de produção agrícola. Assim, direcionavam seus esforços para o processo de concessão de crédito, de desenvolvimento de alta tecnologia, de aquisição de insumos químicos e sintéticos e disponibilização de assistência técnica voltada para a grande produção. Durante essas décadas, os pequenos produtores rurais se viam em disputa direta por recursos com produtores de grandes extensões de terra e com grandes produções. Isso, dentre outras coisas, acarretou alto índice de êxodo rural, endividamento no campo, insegurança alimentar e conflitos de terra (WANDERLEY, 2009). Dentre os principais problemas relatados por esses estudos está o empobrecimento dos trabalhadores rurais e das famílias que viviam da pequena agricultura (WANDERLEY, 1999; ALTAFIN, 2007; SCHNEIDER, 2010; GRISA, 2012).

Esse contexto de disputa institucional contra o empobrecimento rural permitiu a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O programa visava o fortalecimento desses agricultores por meio do crédito para investimento e custeio da pequena produção. Autores descrevem que foi a partir dos anos 2000 que o desenvolvimento rural a partir da agricultura familiar foi proposto intersetorialmente em diversos ministérios e posto em pauta em diversas políticas públicas diferenciadas, por exemplo, o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, Programa Mais Alimentos, Programa Luz para Todos, Programa de Aquisição de Alimentos e da reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

Por este motivo, tornou-se necessária a criação de uma legislação própria para esses agricultores. Assim, a Lei nº 11.326, aprovada em julho de 2006, estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e de Empreendimentos Familiares Rurais e definiu que essa categoria social de beneficiários deveria atender critérios específicos,

dentre eles o limite de quatro módulos fiscais, e utilizar predominantemente mão de obra familiar (BRASIL, 2006).

Com esta “nova geração de políticas para a agricultura familiar” (GRISA e SCHNEIDER, 2014, p. 128), a construção de um novo mercado foi pensada por meio das chamadas cadeias curtas de comercialização. Nelas, se oferece a possibilidade de protagonismo dos agricultores ao excluir os atravessadores e diminuir a distância entre vendedores e compradores (GRISA e SCHNEIDER, 2014). A partir dessa compreensão é que, vinculado à estratégia do já existente programa interministerial denominado Fome Zero, é criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, e reformulado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2009.

Para além da existência de outros programas para acesso ao crédito produtivo ou à concessão de alternativas tecnológicas para a produção, o PNAE diz respeito à compra de alimentos provenientes da localidade direcionados para a alimentação escolar. Apesar de ter sido criado na década de 1950³, a reformulação do PNAE foi moldada pela Lei nº 11.947/2009. Essa lei regulamentou as alterações referentes ao atendimento da alimentação escolar para os alunos da educação básica nos municípios, instituiu a obrigatoriedade de no mínimo 30% dos produtos adquiridos serem provenientes da agricultura familiar local e simplificou os processos burocráticos na relação entre Estado e agricultores familiares (BRASIL, 2009).

O PNAE é tido como uma das principais estratégias adotadas pelo Governo Federal que, aliado à outros programas governamentais, garantiu a saída do Brasil do mapa mundial da fome da Organização das Nações Unidas (LEITÃO e BERNARDINO, 2018). Lopes indica que os *papers* publicados sobre o assunto se direcionam a compreender o programa pelos seguintes aspectos: a) promoção da alimentação saudável na merenda escolar; b) perfil e características dos grupos profissionais que gerenciam o programa; c) métodos e procedimentos de gestão da política pública adotados pelas prefeituras municipais; d) controle social exercido pelos conselhos municipais; e) a estrutura física utilizada para estoque dos produtos adquiridos; f) forma como as organizações coletivas da agricultura familiar se relacionam e se organizam para a gestão do programa (LOPES, 2017). Como é possível notar, os estudos elencados por Lopes não evidenciam elementos que contribuem para a explicação do nosso problema de pesquisa. Até mesmo os estudos que apontam os avanços ou os entraves em relação ao programa, não descortinam a relação que os agricultores estabelecem com os recursos financeiros provenientes do acesso ao PNAE.

³ O Programa Nacional de Alimentação Escolar foi instituído a partir de 1955 como política governamental e de abrangência nacional. Para melhor compreensão da trajetória do Programa, vide Peixinho (2013).

Salgado, Teixeira e Cunha, ao analisarem a variação dos preços praticados pelo PNAE em Minas Gerais, apresentam a variação do montante de recursos repassados pelo FNDE para a execução do PNAE em cada um dos estados brasileiros, de 2009 a 2016. Durante esse período, os valores repassados para Minas Gerais totalizaram mais de R\$ 2 milhões (SALGADO, TEIXEIRA e CUNHA, 2016). Para esse período, os valores repassados especificamente para o município que estamos analisando totalizam o montante aproximado de R\$ 5.6 milhões (FNDE, 2020). Se levarmos em conta que, no mínimo, 30% deve ser proveniente da agricultura familiar, temos aproximadamente R\$1 milhão inseridos nessas famílias.

Afirmamos que, objetivamente, há inserção de novos aportes financeiros na vida econômica das famílias. Como já nos revelou Zelizer, inserções como essas fazem com que as relações sociais internas se alterem (ZELIZER, 2011). Ocasionalmente, inclusive, a possibilidade mulheres negociarem as relações com seus maridos (ZELIZER, 2011). Compreender a forma como este valor monetário atua nas famílias da agricultura familiar faz parte dessa pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para resolver as questões da pesquisa, realizamos entrevistas⁴ e anotações em caderno de campo junto a onze famílias de uma cooperativa⁵ a qual os agricultores familiares estão vinculados para acessar o PNAE. Também foram entrevistados dois diretores dessa cooperativa que nos acompanharam em algumas entrevistas⁶.

A pesquisa foi realizada em um município do interior de Minas Gerais⁷, por meio de onze entrevistas em quatro comunidades diferentes: com três famílias na Comunidade A (F1, F2 e F3), entrevista como os casais; com quatro famílias na Comunidade B (F4, F5, F6 e F7), entrevista com esposo e esposas separadamente; com três famílias na Comunidade C (F8, F9

⁴ Os trechos das entrevistas transcritos e apresentados nesse trabalho mantiveram as falas conforme expressas pelos entrevistados. Por isso, muitas vezes, não estão condizentes como as normas formais da Língua Portuguesa.

⁵ O nome da cooperativa será mantido em sigilo para não identificar os participantes da pesquisa.

⁶ Considerações sobre o levantamento de dados: uma diretora nos acompanhou em sete entrevistas e um diretor nos acompanhou em quatro entrevistas. Para registro dos dados utilizamos um gravador de áudio e um diário de campo. As anotações feitas no diário de campo ocorriam quando as conversas com os membros das famílias durante os trajetos até o interior da casa ou até o carro no momento da despedida se mostravam interessantes para a pesquisa, mas que ocorriam nos momentos em que o gravador não estava ligado. No final das atividades de campo, todos os áudios foram transcritos.

⁷ O município está localizado na porção leste da região da Zona da Mata de Minas Gerais e possui 100.765 habitantes (IBGE, 2010)

e F10), entrevista como os casais; e com uma família na Comunidade D (F11), entrevista como o casal.

Para levantar os dados optamos pela entrevista semiestruturada. Com ela, ao nos apoiarmos nas teorias, fazíamos questionamentos que permitiam aos entrevistados respostas espontâneas que poderiam, ou não, gerar novos questionamentos (TRIVIÑOS, 2009; GHIGLIONE e MATALON, 1993). As questões do roteiro da entrevista eram organizadas em três grupos: sobre os entrevistados e suas famílias, quer dizer, idade, tamanho e titularidade da propriedade, composição familiar, escolaridade, práticas religiosas e inserção social; sobre o PNAE, ou seja, conhecimento sobre o programa, histórico de acesso, produtos entregues, renda auferida, acesso, gerenciamento e utilização do recurso; sobre a divisão sexual do trabalho, isto é, como as tarefas são divididas entre os membros da família, como o casal se organiza para a produção, entrega e decisões sobre o PNAE.

As entrevistas foram realizadas nas propriedades rurais e, na maior parte, com os casais. Na Comunidade B isso não foi possível devido à incompatibilidade de horários. Portanto, as informações coletadas foram a partir da entrevista com o pai do jovem que acessa o programa (F4) e com as esposas (F5, F6, F7).

É importante deixar claro que quando nos referimos aos responsáveis pelo acesso ao programa, estamos elencando em nome de quem da família está a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Esclarecemos também que quando identificamos quem da família gerencia o recurso, estamos considerando o responsável pela tomada de decisão no uso do recurso. No entanto, ressaltamos que não foi possível identificarmos como as famílias definiam qual membro era o responsável pela gestão do recurso.

Para a apresentação de dados do próximo tópico, é importante esclarecer que consideramos como gestão o processo de tomada de decisão sobre o planejamento, organização, destinação e alocação dos recursos. Como acesso consideramos o ato de titularidade da DAP para comercialização via programa. Quando analisamos quem possui as informações sobre o acesso, nos referimos aos dados referentes à quantidade produzida e comercializada e dados referentes à alocação dos recursos.

Essas características apresentadas até aqui nortearão as análises e discussões que apresentaremos no próximo tópico deste trabalho.

RESULTADOS E ANÁLISES

Para adequada compreensão dos dados, apresentamos primeiramente algumas características das famílias que entrevistamos. O Quadro 1 apresenta informações sobre a

dimensão e a localização da propriedade e sobre a quantidade de membros da família que residem juntos. Apresenta também informações relativas ao acesso dessas famílias ao PNAE: a renda proveniente do programa no ano anterior à pesquisa, os produtos que foram entregues, quem era o responsável pelo acesso e quem era responsável pelo gerenciamento do recurso no interior da família.

Quadro 1 – Perfil das famílias entrevistadas

	Comunidade de residência	Tamanho da propriedade	Membros residentes na casa	Renda do PNAE	Produtos entregues	Quem acessa	Quem gerencia o recurso
F1	A	14,52 ha	3	R\$ 1.261,07	Legumes e frutas	Casal	casal
F2	A	9,68 ha	4	R\$ 11.594,50	Legumes, frutas e polpa de frutas	Casal	casal
F3	A	21,78 ha	2	R\$ 3.100,00	Frutas, inhame e cebola	Esposa	esposa
F4	B	9,68 ha	5	R\$ 9.000,00	Cenoura	Marido	filho
F5	B	7,26 há	3	não sabe	Verduras, legumes e polpa de frutas	Casal	esposa
F6	B	7,26 há	2	não sabe	Verdura de folha, batata e abóbora	Casal	casal
F7	B	7,26 há	3	não sabe	Verdura de folha e legumes	Casal	esposo
F8	C	4,84 ha	2	R\$ 5.000,00	Banana	Esposa	esposa
F9	C	4,84 ha	3	R\$ 20.000,00	Legumes e frutas	Casal	casal
F10	C	8 ha	2	R\$ 5.000,00	Batata doce, cenoura e abóbora	Casal	casal
F11	D	7,26 ha	3	R\$ 10.000,00	Banana, abóbora e chuchu	Casal	casal

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Essas informações contidas no Quadro 1 serão importantes no decorrer das análises para visualização e confronto de características entre as famílias. As informações do Quadro 1 serão importantes no decorrer das análises para visualizar e confrontar as características das famílias.

No que diz respeito à titularidade da terra, temos distintas características. Das onze famílias, sete possuem a titularidade da terra (apenas F5 e F6 utilizam a terra dos pais dos esposos). Além de serem provenientes de compra, nas F3, F8 e F10 as propriedades são fruto

de herança recebida pelas esposas. Durante as entrevistas, as demais famílias afirmaram que a titularidade era do casal e não foi possível identificar maiores detalhes sobre isso.

INSERÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DAS FAMÍLIAS

Apesar de as famílias serem enquadradas como agricultoras familiares e possuírem vínculos sociais com as mesmas organizações de base – cooperativa agropecuária, cooperativa de crédito e sindicato de trabalhadores rurais –, é possível observar algumas diferenças entre as comunidades.

Uma das diferenças entre as comunidades diz respeito ao vínculo que as famílias estabeleciam com o mercado. Famílias das Comunidades A (F3) e da Comunidade C (F10) adquiriam nos supermercados apenas o que não conseguiam produzir na propriedade, como os produtos de limpeza – menos o sabão que também é feito por algumas –, de higiene e alimentos como feijão, arroz e açúcar. Com a diversificação na produção, a relação de dependência com os supermercados era bem restrita. Isso é, as famílias não adquiriam um extenso leque de produtos de fora de suas próprias propriedades.

Outra situação é a que encontramos na comunidade B. Os relatos eram de que os únicos itens que não eram comprados em supermercados, açougues e feiras locais eram as verduras de folha – produtos que produziam de maneira quase monocultora para comercialização e entrega no PNAE – e alguns legumes como jiló, inhame e mandioca. Essa padronização da produção nas verduras de folha pode ser observada no seguinte trecho da entrevista:

[Entrevistadora] Tem muita coisa que vocês precisam comprar no supermercado ou vocês conseguem produzir tudo aqui? [Esposo] A maioria das coisas vem do supermercado. [Entrevistadora] O que que vocês não precisam comprar? [Esposo] Uai, vai ser verdura né; alguns legumes, assim, arroz, feijão; porque aí não sobra tempo pra plantar. (Entrevista F5).

A situação encontrada nessa comunidade é semelhante à relatada por Candido nos seus estudos no interior de São Paulo entre os anos de 1948 e 1954: “a dependência crescente em relação ao mercado junte o homem rústico a outras esferas de influência; o incremento do trabalho agrícola reduz ao máximo a margem de tempo disponível para as atividades de coleta, caça, pesca e exploração” (CANDIDO, 2010, p. 203).

Essa produção mais recorrente, sistemática, de um produto para aumentar a inserção no mercado, mesmo que institucional, resulta na redução do tempo de trabalho e do espaço de plantio para os demais produtos necessários às suas próprias alimentações, o que ocasiona

uma maior dependência do mercado externo. Candido (2010) também explicou que o desenvolvimento das relações comerciais na vida dos caipiras resultou em uma expressiva mudança na lógica da região. A padronização da produção e da sua comercialização, ao invés da sua diversificação, faz com que a carga de trabalho tenha que aumentar muito em horas trabalhadas e a especialização da produção em um determinado item (muitas vezes não utilizado na alimentação familiar) leva à necessidade de aquisição de uma variedade maior de itens no comércio local. Necessidade reforçada pela constituição reduzida do núcleo familiar: 4 famílias com até três integrantes; e uma família com mais de três integrantes.

Essa mesma profissionalização da produção em um único produto leva essa comunidade a mais uma diferença em relação às demais: a sua vida social. Quando questionados sobre formas de lazer e de participação em outras organizações e se participavam de algum tipo de reuniões ou se frequentavam alguma instituição religiosa, as famílias relatavam que o trabalho não os deixava interagirem com as outras famílias e que não faziam trocas de dias, isto é, não prestavam serviços aos vizinhos ou familiares em troca de outros dias de serviço, mas apenas vendiam o dia trabalhado. Também não havia práticas comunitárias de interação. Percebe-se como a relação de dependência com apenas uma atividade produtiva interfere diretamente no cotidiano social das famílias, mostrando que a esfera econômica e a vida social estão intimamente conectadas (POLANYI, 2000; ZELIZER, 2011).

[Esposa] Aqui na verdade é um lugar, assim, sobre essa parte... nois somo muito desunido nessa parte. [...]. Mas por esse negócio de verdura de folha ser um negócio que te ocupa tanto tempo parece que o povo não tem muito tempo pra parar e conversar. Que nois teria que ter pelo menos uma associação pra nois aqui; nois nem isso tem, entendeu? (Entrevista F4).

Nas famílias das demais comunidades foi mostrado como motivo de orgulho a interação existente com as outras famílias durante os jogos de futebol, nos encontros durante as celebrações religiosas, na troca de dia de trabalho e nos mutirões quando alguma família estava passando por alguma dificuldade. A F8 relata sobre isso: “eu tenho um society ali né, futebol tem aqui, na comunidade aqui tem a igreja, tem outro campo ali. As comunidades aqui são muito perto umas da outra, né, então tem essas festinhas junina, tem tudo.” (Entrevista F8). Os mutirões aconteciam quando alguma família não tinha condições financeiras de remunerar algum trabalho e estava necessitada dele por motivo de doença, acidente ou outro que impossibilitasse os membros daquela família de trabalharem por conta própria. A esposa da F2 explica que mutirão “é quando alguém não consegue fazer o serviço, aí junta todo

mundo vai lá, faz e resolve. Mas isso aí vai e fica de graça” (Entrevista F2). Na Comunidade A ainda nos foi relatada a existência de uma “associação do trator” em que dez famílias se reuniram para adquirirem de maneira conjunta um trator. Na prática, os membros dessa associação custeavam apenas a prestação do serviço do tratorista e dividiam os valores de cada manutenção demandada pela máquina. Apesar de ser uma associação informal, a gestão do seu funcionamento é feita de maneira coletiva pelos seus acordantes.

Uma experiência semelhante narrada na Comunidade C foi a existência da “associação da carne”, em que quatro famílias se juntam para comprar coletivamente um boi e fazem o rateio igualitário das peças de carne para cada uma das famílias. Seu funcionamento ocorre da seguinte maneira: o entrevistado da F10 conta que se junta com mais três ou quatro (no máximo, para “não dar confusão”) conhecidos, amigos ou parentes e ele sai à procura de algum vendedor de gado, escolhe o animal que deseja adquirir e leva os ‘sócios’ para aprovação do animal. A negociação do valor por peso é feita na confiança da experiência, ‘no olho’, sem colocar o animal na balança. No dia de matar o boi e da divisão, é feita uma festa de confraternização. A divisão do animal é feita toda em partes iguais (cada peça do boi é dividida igualmente entre os ‘sócios’). Essa prática ocorre aproximadamente 2 vezes ao ano e, aliada ao consumo do peixe, do frango, dos ovos, a família tem carne para consumir durante todo o ano.

O modelo de parceria também é comum entre os membros de uma mesma família. Observamos que famílias fazem acordo de parceria com o irmão, com o pai, o sogro ou com o cunhado e sempre é estabelecido para a produção do café e não para a produção da diversidade de outros produtos. No geral, um membro da família proprietário da terra estabelece o acordo com outro membro que oferece a mão de obra para o trabalho. Na maioria das vezes, a maior parte da remuneração pela produção fica destinada ao dono da terra. Podemos notar que, como afirma Polanyi, as relações econômicas estão incrustadas na vida social e que as relações sociais norteiam as regras de funcionamento das práticas econômicas. Notamos também como a intimidade familiar e as relações econômicas se relacionam de maneira conexa (ZELIZER, 2011).

[Entrevistadora]: Qual que é o tamanho aqui do terreno de vocês? [Esposo]: Propriedade... é... fica até mei difícil de responder porque eu trabalho em um pedaço que é meu só e trabalho aqui, aonde eu sou meeiro. [Entrevistadora]: Você é meeiro com seu pai? [esposo]: Não. Eu sou meeiro com o patrão lá do Rio de Janeiro. É de lá o dono daqui. E o outro lugar onde eu trabalho ali é meu mesmo; meu e do meu pai. [Entrevistadora] Essa que é sua e de seu pai é parceria de vocês dois? [Esposo]: Aqui é de nós dois. Eu tenho no caso umas cinco mil covas de café que são minhas só; aí eu planto banana, minhas coisas no meio. [Entrevistadora]: E essa aqui... [Esposo]: E essa

aqui é um alqueire e meio que eu toco aqui. É umas cinco mil cova de café também (Entrevista F11).

A diversidade da produção presente nas propriedades aparenta ser reflexo de um processo de incentivo das organizações sociais existentes no município para que as famílias não ficassem apenas dependentes da produção do café e pudessem, a partir do que já existia na propriedade para o consumo, entregar para os programas institucionais. Por um lado, relatos sobre como eles passaram a ter renda com o que era jogado no lixo foram frequentes nas entrevistas. A diversidade também é frequente no que diz respeito aos canais de comercialização. A F2 conta que todos os sábados, o marido percorre as casas dos moradores da cidade oferecendo os produtos que possuem na propriedade: frango, porco, verduras, frutas, etc. Pelos relatos, o valor monetário vindo desse canal de comercialização é o que compõe a maior parte da renda da família. A F10 vende praticamente toda a produção em casa mesmo. A esposa faz tempero caseiro com alho e cebola colhidos pela família. Podemos identificar que essa diversidade de atividades econômicas faz com que coexistam nas famílias os diversos “dinheiros especiais” (ZELIZER, 2003).

Uma convergência encontrada entre as famílias é a existência do acesso ao PRONAF como fonte corriqueira de investimento para a produção. O dinheiro do PRONAF, conquistado via cooperativa de crédito, foi utilizado com o apoio da assistência técnica dessa mesma cooperativa e foi investido na produção. No caso em que o PRONAF foi utilizado para melhoria na propriedade, o acesso foi feito via Banco do Brasil, com o apoio da cooperativa. Podemos notar que o dinheiro proveniente do PRONAF é um dinheiro diferente dos outros dinheiros da família, visto que tem um direcionamento específico.

Em conclusão, as famílias se relacionam de maneiras distintas com o mercado e com a vida social. Não é possível afirmar que a esfera econômica atua de maneira autorregulada na sociedade, mas sim, que grupos diferentes interferem e têm suas vidas interferidas pelo mercado (POLANYI, 2000) e que o funcionamento dessas duas esferas se dá a partir da lógica das vidas conexas (ZELIZER, 2011).

O ACESSO DAS FAMÍLIAS AO PNAE

As formas com que as famílias se relacionam com o PNAE são diferentes no que diz respeito ao acesso ao programa e à gestão do recurso. Então, temos três elementos que iremos apresentar no Quadro 2 e analisar em seguida: acesso, gestão e posse de informação.

Quadro 2 – Características da participação das famílias no programa

Família	Acesso	Gestão	Informações
1	Marido	Casal	Marido
2	Casal	Casal	Casal
3	Esposa	Esposa	Esposa
4	Pai	Filho	Pai e Filho
5	Esposa	Casal	Esposa
6	Casal	Casal	Marido
7	Marido	Marido	Marido
8	Esposa	Esposa	Esposa
9	Casal	Casal	Casal
10	Esposa	Casal	Casal
11	Casal	Casal	Casal

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Excetuando-se F3, F4, F5, F7 e F8, as demais famílias demonstraram compartilhar as informações, a gestão e o acesso ao PNAE. Isso significa que a tomada de decisões em relação ao que é feito com o recurso proveniente do PNAE é feita de maneira compartilhada entre o casal. Parte da explicação pode ser observada no que diz respeito à titularidade da terra. Como nas F3 e F8 as propriedades são fruto de herança recebida pelas esposas, os maridos afirmam nas entrevistas que deixam o acesso ao PNAE por responsabilidade total das mulheres, por esse motivo. Outras informações complementam as explicações sobre o quadro 2.

Como dito, na F3 o esposo fazia questão de deixar claro que o acesso, a gestão e as informações sobre o programa eram de responsabilidade da esposa. Em anotações no caderno de campo, registrou-se que o marido demonstrava não acreditar na responsabilidade da esposa, e ela explica que ele sempre foi relutante com a participação no programa, mas que essa postura tem se flexibilizado ao longo do tempo. A esposa explica também que a postura do marido é essa por ele defender que o trabalho dele era suficiente para o sustento de ambos. Também registramos o relato feito pela esposa sobre as reclamações e as relutâncias do marido com o fato de ela trabalhar como auxiliar de serviços gerais na sede da cooperativa ao qual as famílias da pesquisa acessam ao PNAE. Pelos relatos da esposa, podemos dizer que o dinheiro e o trabalho em relação ao PNAE tensionaram as relações familiares em alguma medida. Essa situação também foi verificada por Perondi e Ribeiro (2000). Eles descreveram que, na agricultura familiar, as estratégias de reprodução social e inserção produtiva mercadológica são atribuições masculinas, enquanto apenas as estratégias de manutenção da família são de responsabilidade feminina. Essa situação também está presente em diversos estudos sobre a definição de papéis de gênero e seus locais no espaço. Esses estudos

apontam a construção social do espaço público como o masculino e do espaço privado como feminino (PAULILO, 2016).

Já na F4, apesar do acesso ser feito pelo pai, a pessoa que faz a gestão do recurso do PNAE é um jovem estudante de 21 anos que faz curso superior e ainda mora na propriedade dos pais. A entrevista não pôde ser feita com ele, porque ele estava na cidade ajudando a mãe a fazer as entregas da produção. Então entrevistamos o pai, detentor da DAP de acesso ao PNAE e que compartilha a obtenção das informações sobre o programa com o filho. Seus relatos explicaram que o objetivo do filho é fazer uma poupança com o dinheiro recebido para que, quando se formasse no curso de Engenharia Civil, pudesse abrir seu próprio negócio. A partir dessas informações e por meio de observações da família, podemos dizer que o dinheiro e o trabalho em relação ao PNAE têm um caráter transitório, de passagem, de poupança para outras inserções sociais e econômicas.

Apesar da F5 acessar o programa de maneira conjunta – DAP em nome do casal –, as informações sobre o programa e o trabalho de produção e de gestão dos recursos são realizados prioritariamente pela esposa. Isso se deve ao fato de o marido trabalhar na área urbana da cidade e ir para a propriedade apenas à noite. A residência em que vivem e que produzem faz parte da herança que o marido receberá de seu pai, portanto eles ainda não possuem a titularidade da propriedade. Podemos dizer que o dinheiro e o trabalho em relação ao PNAE não tensionaram as relações familiares, mas foram acrescentados às rotinas dos afazeres domésticos da mulher.

A entrevista realizada com a F7 ocorreu apenas com a esposa, visto que o marido se encontrava na cidade realizando as entregas dos produtos. Durante a entrevista foi possível perceber que a esposa não apresentava domínio sobre as informações do programa e explicou que isso se devia ao fato do acesso e da gestão ser realizada apenas pelo seu esposo. A participação da esposa se restringe ao cuidado com a produção e com o processo de embalar os produtos antes de realizarem as entregas. Podemos dizer que o acesso ao PNAE não tensionou as relações familiares e que contribuiu com o aumento de tarefas à rotina da esposa.

A propriedade de residência da F8 é fruto da herança recebida pela esposa. Esse é um dos motivos relatados pelo casal – únicos moradores da propriedade – para explicar que as informações, o acesso e a gestão do recurso do programa serem de responsabilidade dela e não do casal. Outro fator é que o marido está aposentado por doença física resultado de acidente de trabalho. Podemos dizer que o dinheiro e o trabalho em relação ao PNAE não tensionaram as relações familiares, mas foram acrescentados às rotinas dos afazeres domésticos da mulher.

Como já foi dito, as demais famílias aparentam compartilhar a gestão do Programa. No entanto, características das rotinas familiares as tornam distintas na maneira como elas se relacionam com o PNAE, principalmente no que diz respeito à aplicação do recurso no ambiente doméstico.

Na F2, o acesso, as informações e a gestão do programa são compartilhados entre o casal, mas a principal entrega da produção para o programa é polpa de frutas, que fica sob responsabilidade da esposa e da filha de 18 anos. O objetivo de ambas com esse recurso é que a filha possa tirar sua carteira de habilitação e a esposa tem o desejo de trocar os móveis da casa. Podemos dizer que o dinheiro e o trabalho em relação ao PNAE não tensionaram as relações familiares, mas foram acrescidos às rotinas dos afazeres domésticos da mulher e têm um caráter de poupança para investimentos individuais e coletivos, da família.

Nas F2, F9 e F11 é possível identificar que o casal possui todas as informações referentes ao acesso ao programa. Nesses casos, tanto o acesso quanto a gestão do recurso são feitos de maneira conjunta entre o casal.

Na F1, apesar de a gestão do recurso ser realizada pelo casal, os entrevistados deixaram claro que o acesso e as informações sobre o programa são restritos ao marido. Nesse caso, o programa não tensiona as relações entre o casal nem acrescenta tarefas à rotina de afazeres da esposa.

A esposa respondente da entrevista na F6 estava sozinha em casa e não soube repassar as informações específicas sobre o programa visto que apenas seu esposo as detêm. Ainda assim, a esposa nos afirmou que tanto o acesso, quanto à gestão do programa são feitos de maneira compartilhada.

Na F9, o casal também compartilha a gestão e as informações sobre o programa. No entanto, o acesso ao programa é realizado apenas pela esposa. Não é possível perceber qualquer tensionamento nas relações entre o casal, e as tarefas acrescidas à rotina de afazeres da esposa giram em torno da relação com o banco para o recebimento do pagamento.

Pôde-se perceber através dos depoimentos o que Zelizer (2011) já mencionava de que a inserção de um mesmo recurso financeiro no interior de diferentes famílias não é garantia que esse recurso terá o mesmo destino ou o mesmo significado. Nem mesmo a forma como as famílias o vivenciam por meio da gestão e do compartilhamento de informações se dá de maneiras semelhantes. O que conseguimos perceber é que, em alguns casos, o dinheiro do PNAE é visto como sério, ou seja, é considerado o que sustenta a maior parte das despesas da família e que, em sua maioria, quem domina as informações é o marido (F1, F6, F7, F8, F9,

F10, F11). Também que ele possui marcas de gênero (F2, F3, F5) e de geração (F2, F4), ou seja, que ele é de responsabilidade das mulheres e dos jovens e não é considerado o dinheiro responsável pelo sustento da família. Essas análises poderão ser compreendidas de maneira mais aprofundada no próximo tópico.

o significado social do dinheiro do PNAE

Sua contribuição possibilita explicar a uniformidade e as diferenças na gestão e utilização dos recursos do PNAE e sua diferença na relação estabelecida pelas famílias com o dinheiro proveniente de outras fontes de renda. No Quadro 3 demonstramos as demais fontes de renda recebidas pelas famílias que nos possibilitam apresentar algumas de suas características.

Quadro 3 – Características e fontes de rendas das famílias

	Comunidade de residência	Gestão do PNAE	Café	Gado	Feira	Rede de supermercado	Porta em porta	Aposentadoria	Trabalha fora	Aluguel	Diarista	Parceria	Atravessador
F1	Mendes	casal	X				X	X					
F2	Mendes	casal	X				X						
F3	Mendes	esposa		X		X	X		X				
F4	B	filho		X		X	X			X			
F5	B	esposa							X		X	X	
F6	B	casal	X		X						X	X	
F7	B	espos			X	X	X					X	
F8	C	espos					X	X					X
F9	C	casal	X					X					X
F10	C	casal	X				X	X					
F11	D	casal	X						X			X	

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Algumas explicações são necessárias para compreender o que abordaremos nesse tópico. Primeiro, algumas famílias utilizam como outra fonte de renda a venda de produtos em feiras semanais. Outras comercializam sua produção por meio de contratos de fornecimento firmados com redes de supermercado existentes na região. Sete famílias realizam a venda dos produtos de porta em porta de residências e de comércios (como lanchonetes e restaurantes), além de venderem na rua oferecendo os produtos aos transeuntes. Outras fontes de renda observadas foram o recebimento do benefício social da aposentadoria rural por idade ou por tempo de serviço. Alguns são trabalhadores assalariados fora da agricultura ou são diaristas na

agricultura em outras propriedades rurais. Quatro famílias diversificam suas rendas por meio da parceria na produção com outras famílias. Duas famílias informaram que são atravessadoras de produtos entre outros agricultores e o consumidor final e apenas uma família recebe remuneração por alugar uma residência na região urbana da cidade.

Um ponto semelhante observado entre as famílias é que, apesar de o dinheiro do PNAE não estar presente nos doze meses do ano⁸, ele é utilizado como pagamento das contas mensais como energia elétrica, água, supermercado e investimento na produção. Muitas vezes é com ele que parte das famílias também paga os documentos anuais dos veículos.

A F1, além de possuir a poupança proveniente da produção do café, sobrevive da aposentadoria do esposo e das vendas dos produtos da propriedade. Por isso, na F1 apesar das informações estarem sob domínio do marido, a gestão do recurso do PNAE é realizada de maneira conjunta entre o casal.

Na F2, o marido tem intensa inserção econômica dos produtos fazendo a venda de porta em porta e em alguns pequenos comércios da cidade. Por isso, na F2 a comercialização via PNAE fica a cargo da esposa e da filha. A produção para o PNAE é, inclusive, realizada através de frutas da estação que são nativas da região, portanto, é proveniente do que iria ser jogado fora. Nesse sentido, a produção para o acesso ao programa não exige grandes investimentos, financiamentos específicos ou assistência técnica especializada.

Situação semelhante ocorre na F3, em que a intensa inserção econômica do marido com a venda de verduras de folha em uma rede de supermercados da região possibilita que a esposa seja responsável pela comercialização dos produtos via PNAE. Um dos produtos entregues ao programa é a banana que recorrentemente é produzida em excesso para comercializar com outros mercados. As sobras são, então, destinadas ao programa.

Encontramos situação semelhante na F4, em que a intensa inserção econômica do pai com a comercialização das verduras de folha em supermercados, pequenos comércios e outras fontes de renda não vindas da agricultura permite que a comercialização junto ao PNAE seja exclusivamente direcionada ao filho estudante universitário.

O marido da F5 controla uma produção extensa de hortaliças para comercialização com uma rede de supermercados da cidade. Assim, além de reprovar o acesso ao programa realizado pela esposa, deixa a cargo dela todos os processos de acesso e de domínio das informações e auxilia apenas no processo de tomada de decisões sobre sua utilização. Por esse motivo, o PNAE, nessa família, também é de responsabilidade da esposa.

⁸ Só há entrega no PNAE e conseqüentemente recebimento do PNAE em meses letivos nas escolas, portanto excetua-se por completo o mês de janeiro e parcialmente os meses de julho e dezembro.

Essas informações nos permitem compreender que quando o homem responsável pela família está inserido em outras atividades econômicas importantes para a estrutura da família, o PNAE fica sob responsabilidade das mulheres e dos jovens. Essa situação coaduna com o exposto por Perondi e Ribeiro (2000), Heredia (2013), Paulilo (2016) e Zelizer (2003), que demonstram como a organização familiar é marcada pela divisão sexual do trabalho e das responsabilidades dentro da família. Nossa pesquisa avança demonstrando que até mesmo a participação no programa e o destino do recurso são realizados por meio dessas marcas de gênero. Por exemplo, quando a renda da família vem de fontes compartilhadas, como aposentadoria e trabalho externo (F8, F9, F10, F11), o dinheiro do PNAE é visto como dinheiro da família. Inclusive, na F9, a comercialização via PNAE é apenas dos produtos excedentes, dos produtos que “a gente chupa... os filhos vem e leva... os vizim... mas aí sobrava muito e estragava... né... então... a gente ganha um poquim e aproveita...” (Entrevista F9). Situação diferente ocorre com as F6 e F7, em que os maridos se inserem no mercado institucional com o intuito de complementar a renda familiar, e as mulheres não apresentam envolvimento com o acesso ao programa.

Não é apenas o dinheiro do PNAE que possui marcadores sociais para as famílias. É necessário que observemos a origem de cada recurso e a destinação que cada família concede a ele (ZELIZER, 2003). No que diz respeito à destinação das diferentes fontes de renda, o dinheiro que as famílias recebem com a venda do café é utilizado como poupança, visto que com o PNAE conseguem arcar com as contas mensais. Assim a venda do café não precisa ser imediata, sem análise de variações de preços do mercado e à mercê de atravessadores (F2, F9, F11). Uma das vantagens do PNAE é que deu liberdade e poder de decisão aos agricultores sobre a comercialização do café. É possível observar que quando há a existência do dinheiro proveniente do PNAE, as famílias que cultivam café tratam o primeiro como dinheiro de pagamento de contas mensais, enquanto o dinheiro proveniente do café fica direcionado para pagamentos considerados investimentos, tanto na própria produção como na aquisição de bem de grande valor.

Situação semelhante ao café ocorre com o gado que se caracteriza também como uma espécie de poupança para necessidades mais emergenciais, uma vez que pode ser vendido a qualquer momento.

[Entrevistadora]: Com o que que vocês usam esse dinheiro que vem do PNAE?
[Esposo]: Com investimento. [Esposa]: Só investimento aqui dentro, só investimento. Que aí fez poço né, vai fazer o sombrite em tudo, então fez as rede, então, de água.
[Entrevistadora]: E o gado é pra leite? [Esposo]: É corte. [Entrevistadora]: E aí vocês ficam com ele como se...? [Esposo]: Pra poupança [Entrevistadora]: Aí quando precisa

de alguma coisa... [Esposo]: Eu até brinco com ela: 'se eu morrer não se preocupa, o dinheiro de comprar o caixão tá aí'.(risos de todos) (Entrevista F3).

Dessa forma, observamos nos relatos das entrevistas com a família F3 que o significado dado ao dinheiro proveniente do gado também se distingue do dinheiro proveniente do PNAE, visto que o primeiro se direciona ao pagamento de dívidas maiores e o segundo para custeio da própria produção. Assim, notamos que o dinheiro que tem como origem a comercialização de café e de gado possui um significado de poupança, ao contrário do dinheiro que tem a origem no PNAE, que é destinado para o pagamento de gastos mensais e corriqueiros da produção agrícola.

A família F2 também mantém uma criação de gado de corte para situações em que é necessário o investimento de alto valor financeiro. No entanto, por possuir outras fontes de renda, como a comercialização de porta em porta, a relação estabelecida com o PNAE é distinta da de outras famílias, assemelhando-se apenas à da F4.

[Esposo]: Aí esse gado é quando vende também, investe em alguma coisa. [Entrevistadora]: O que que paga as contas do mês? [Esposo]: Aí é essa feira, é a polpa, é o frango, é a banana, é a uva. Com a uva eu pago só o documento de carro, documento de moto, é 200 pé de uva. [Entrevistadora]: O café então é pra contas maiores a longo prazo? [Entrevistadora]: a feira é pra essas coisas mais imediatas? [Esposo]: É, pro dia a dia. [Entrevistadora]: e o PNAE? [Esposo] O PNAE fica envolvido nesse meio também. [Esposa]: Eu resolvi mobiliar a minha casa, entendeu? [Esposo] Porque elas começou foi agora. Porque antes era eu que entregava, aí essa questão da polpa eu passei; aí é dela e da minha menina. [...] Aí minha menina agora fez 18 anos vai tirar carteira (Entrevista F2).

Nesses dois casos, o dinheiro proveniente do PNAE é destinado à aquisição de bens domésticos ou ao futuro dos filhos que estão prestes a adentrar a vida adulta. Como Heredia (2013) afirma, a destinação de bens de pais para os filhos está associada ao enfrentamento desses jovens de gastos maiores. No caso dessa pesquisa, o gasto será com a abertura de escritório (F4) ou a tentativa de fazer a carteira nacional de habilitação (F2). Notamos que quando as famílias possuem uma diversidade maior de fontes de renda – o PNAE não é a principal –, o dinheiro proveniente do PNAE pode ser destinado ao cuidado apenas das mulheres e dos jovens. Nesse contexto, a renda do PNAE se caracteriza como complemento da renda e possibilidade de alternativa econômica para os filhos.

As famílias F1, F8, F9 e F10 recebem a aposentadoria rural sempre no início do mês. Como a origem e o valor desse dinheiro são fixos, o significado dado a ele é relacionado ao pagamento mensal das contas de manutenção doméstica como energia elétrica, serviços de

telefonia e o pagamento da água. Nesses casos, o significado dado ao dinheiro do PNAE é relacionado ao custeio da produção agrícola.

Levando em consideração a teoria social do dinheiro, compreendemos que mais importante do que a quantidade de dinheiro é a compreensão de como o dinheiro está sendo utilizado. Isso significa que origens distintas acarretam valores distintos. O valor da origem é, assim, definido pelos valores sociais. A poupança do café, por exemplo, possui valor simbólico de garantia de reconhecimento social a algumas famílias. Isso porque além de servir como poupança, o café também é visto como item de doação para campanhas religiosas. A F1 expõe com orgulho um troféu que recebeu da Igreja Católica de cidade pela contribuição feita, em sacas de café, à campanha de arrecadação de dinheiro para obras e reformas da igreja. O destino também é incrustado de valores sociais, sendo os mesmos definidos pela função social que o produto possui.

Heredia (2013) demonstra em suas pesquisas que o próprio caráter de poupança diz respeito a como a função social destina essas fontes de renda à esfera masculina ou feminina. Nessa nossa pesquisa ocorre situação semelhante, tratando-se da relação das famílias com o café e com o gado. Por possuir um alto valor de mercado e ter um impacto maior nas rendas familiares, a responsabilidade pela lida com o café e com o gado é sempre masculina. Nas famílias entrevistadas, percebemos que o cuidado com o gado e a responsabilidade pelo café são tarefas masculinas, enquanto as mulheres participam do compartilhamento das tarefas relacionadas aos produtos entregues ao PNAE.

Em alguns casos (F3), é possível identificar se é o homem ou a mulher é o responsável pela manutenção daquela atividade. No entanto, na maioria das vezes isso não está explícito. O esposo afirma: “Aí fica é com ela, entendeu? Aí a rede de supermercado é eu que tomo conta e alguma lanchonete. Na prefeitura assim, um influi, ela tá de frente e eu tô por trás.” (Entrevista F3).

Uma pista que nos permite compreender a quem a responsabilidade é destinada é identificar quem é o respondente que explica sobre essa atividade. Por exemplo: nas famílias F2, F9, F11 quem se manifesta primeiro sobre o papel do café são os esposos, enquanto as mulheres explicam sobre a diversidade de produtos que são comercializados via PNAE.

Também foi possível observar que três famílias, das quatro que possuem propriedades de maiores dimensões (F2, F3 e F4), tratam explicitamente o dinheiro do PNAE como algo destinado à mulher e à juventude. Além de possuir extensões maiores de terra, nas três famílias, as principais fontes de renda estão sob responsabilidade dos maridos, a saber: a venda de porta em porta e os contratos de fornecimento para rede de supermercado.

No que diz respeito às famílias F5, F6 e F7, foi possível observar a relação estabelecida entre as categorias sociais visto que as mulheres não sabiam dar informações sem a presença dos maridos.

É possível compreendermos de que forma as rendas monetárias que compõem a renda familiar dos entrevistados nessa pesquisa coadunam com as categorias descritas por Zelizer (2003). Apesar de, aparentemente, o recurso ser distribuído por toda a família, quem possui as informações concretas sobre ele é o homem, mesmo quando sua utilização não é feita por ele. Os estudos de Zelizer sobre a distinção do dinheiro de acordo com o sexo indicam que “os maridos tendiam a proteger as suas posições, rotulando a renda que as esposas obtinham [...] como suplementar, ao contrário do dinheiro essencial trazido pelo assalariado masculino” (ZELIZER, 2011, p. 182). Esse comportamento ocorria até mesmo quando era o dinheiro proveniente do trabalho das mulheres que mantinha as necessidades básicas dos familiares (ZELIZER, 2011).

Outra observação crucial no desenvolvimento dessa pesquisa é que o dinheiro do PNAE, em algumas famílias, é o “dinheirinho” proveniente de “tudo aquilo que se perdia” que complementa a renda, que é direcionado às mulheres e aos filhos por não ser o dinheiro do montante que banca os grandes investimentos e é confiável para pagar as dívidas. O dinheiro proveniente do programa também possui essas marcas valorativas que em certas famílias o diminuem. A redução de valor moral desse dinheiro ocorre em famílias em que a renda principal vem de outras fontes e são tidas como o dinheiro à sério. Para bancar os grandes investimentos e para pagar as dívidas utiliza-se das estratégias de manutenção de gado e pés de café nas propriedades e de outras formas de comercialização da produção, por exemplo, a venda para redes de supermercados e a venda direto aos consumidores. Nesses casos, e confirmando o exposto por Perondi e Ribeiro (2000), Heredia (2013), Paulilo (2016) e Zelizer (2003), a responsabilidade pela gestão da produção, pela comercialização e pela utilização e destinação dos recursos é dos maridos.

Foi possível observarmos que o dinheiro do PNAE, apesar de não ser explicitamente dinheiro do sexo feminino e dinheiro da juventude em todas as famílias, é um dinheiro de origem descomplicada, ou seja, que não exige pedidos de financiamento, assistência técnica específica ou envolvimento em alguma cadeia de comercialização desconhecida, visto que a maior parte dos relatos demonstram que ele tem origem naquilo que “ia sobrar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho procuramos descrever de que forma o dinheiro proveniente do PNAE era percebido e vivenciado pelas famílias que o recebiam. As lentes utilizadas para as análises foram as contribuições da teoria social do dinheiro de Zelizer. O referencial aqui apresentado sistematizou e descreveu as formas como o dinheiro é dotado de significados, valores e sentidos, que se traduzem nas estruturas e relações sociais que o permeiam. A partir desse referencial foi possível compreender de que forma o dinheiro proveniente do PNAE é percebido e vivenciado pelas famílias entrevistadas. Ao analisarmos como os valores e as práticas sociais familiares estão inseridas no acesso ao PNAE foi possível visualizar as contribuições de Polanyi no que diz respeito à incrustação das práticas econômicas na vida social e das práticas sociais na vida econômica.

Esse recurso do PNAE se tornou uma das principais políticas públicas de acesso aos mercados institucionais para a agricultura familiar brasileira. O que se comprovou através dessa pesquisa é que, na maioria dos casos, os produtos entregues são aqueles que eram deixados de lado e que não eram vistos como fonte de renda para as famílias como as frutas típicas da região e as hortaliças já produzidas nos pequenos canteiros do entorno da casa.

Assim, como observamos, em alguns casos o uso desse recurso proveniente do PNAE é dotado de sentido pejorativo e diminutivo, pois as famílias o têm como dinheiro para as coisas da casa, estando dissolvido no mundo doméstico, mais feminino que masculino.

Comparativamente, seu destino, em todos os casos, é diferente do destino do dinheiro proveniente da venda do café, do gado, de outros produtos *hortifrutigranjeiros* no mercado convencional. Esse dinheiro é repleto de determinada carga de sentido que o categoriza por meio do gênero, da geração e do trabalho investido na sua produção. Enfim, nas famílias que entrevistamos o dinheiro do PNAE não é vivenciado da mesma forma que vivenciam o proveniente de outras rendas.

O destino do dinheiro do PNAE também varia em função de quem acessa o programa: quando o programa é acessado pelos homens, ele é destinado mais à manutenção da produção e da propriedade rural; quando é acessado pelas mulheres, é destinado às questões domésticas, como pagamento de contas mensais e reorganização do lar.

Enfim, os dinheiros das diferentes fontes de renda das famílias, de modo relacional, são dotados de diferentes sentidos, significados e valores sociais. Mas nossas observações não permitem afirmar que as separações são estanques e absolutamente interditas. Elas indicam que é mais recorrente o dinheiro do PNAE ficar/ser empregado no circuito doméstico, de cuidados com o grupo familiar e, assim, permanecer mais da esfera privada (destinada à esfera feminina). E que é mais recorrente os outros dinheiros ficarem/serem empregados no

pagamento de investimentos bancários, nas reformas da propriedade e na aquisição de novos bens.

Algumas limitações desta pesquisa: não termos conseguido informações suficientes para estabelecer a relação entre a renda do PNAE e as fontes de renda como *diarista, trabalho fora, aluguel e atravessador*; não termos acessado os valores monetários de cada uma das fontes de renda para identificar ao certo como cada uma dessas fontes compõe a vida financeira das famílias. Essas limitações podem servir alerta para as dificuldades que outros pesquisadores poderão encontrar ao abordar o assunto. Assim, poderão estabelecer estratégias mais efetivas para obter tais informações pertinentes.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: UNB, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11326, 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 30 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento a alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm Acesso em: 02 out. 2018.

CANDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre Azul, 2010.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamim. **O inquérito: teoria e prática**. 2ªed. Oeiras: Celta Editora, 1993.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **REA-eletrônica**, v.6, n.1, art.9, jan-jun, 2007.

GRISA, Cátia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010. Características Gerais da População.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=314390>. Acesso em: 01 fev. 2018.

LEITÃO, Ana Letícia Espolador; BERNARDINO, Renata Venturim. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): experiência de aquisição de produtos de agricultores familiares para a alimentação escolar em Vila Velha – ES. **Revista Geografares**, pp. 284-309, 2018.

LOPES, Bruno de Jesus. **Análise da Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE a partir de Instrumentos de Avaliação de Políticas e Fiscalização de Programas Governamentais.** Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2017.

PAULILO, Maria Ignês. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo.** Florianópolis: Editora Ed. Da UFSC, 2016.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 18, ed. 4, 2013.

PERONDI, Miguel Ângelo; RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. As estratégias de reprodução de sítios no oeste de Minas Gerais e de colonos no sudoeste do Paraná. **Revista Organizações rurais e agroindustriais**, nº 2, v. 2, jul/dez, 2000.

POLANYI, Karl. **The economy as instituted process.** In: Polanyi, Karl; ARENSBERG Clifford PEARSON, Harry. Trade and Market in the Early Empires Economies in History and Theory. Glencoe Illinois: Free Press, 1957.

POLANYI, Karl. **A grande transformação.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo; TEIXEIRA, Eryl Cardoso; CUNHA, Wellington Alvim. Contribuição dos programas de compra institucional (PAA e PNAE) para a estabilização dos preços agrícolas em Minas Gerais. **Revista de Estudos Sociais**, nº 37, v.18, 2016.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v.30, n.3, pp. 511-531, 2010.

SWEDBERG, Richard. **Principles of economic sociology.** Princeton: Princeton University Press, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo Editora Atlas, 2009.

ZELIZER, Viviana. **O significado social do dinheiro.** In: MARQUES, Rafael; PEIXOTO, João (Org.) nova sociologia econômica: uma ontologia. Oeiras: Celta, 2003.

ZELIZER, Viviana. **A negociação da intimidade.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida: reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 1999.

